

Cultura

40
1975-2015
INDEPENDÊNCIA
NACIONAL

**ANGOLA
40 ANOS**

Independência, Paz,
Unidade Nacional
e Desenvolvimento.

Jornal Angolano de Artes e Letras

28 de Setembro a 11 de Outubro de 2015 | Nº 92 | Ano IV

Director: José Luís Mendonça

•Kz 50,00



ECODEANGOLA

PÁG. -3-5

40º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

**TRAJECTÓRIA
DA NAÇÃO ANGOLANA**

ECODEANGOLA

PÁG. -2

“UOL STRITE” NÃO CUIA



LETRAS

PÁG. -7-8

BERLIM
PENSAR O FUTURO
ATRAVÉS DA LITERATURA



ARTES

PÁG. -9



HISTÓRIA

PÁG. -11-13



DIALOGO
INTERCULTURAL

PÁG. -14-15



“UOL STRITE” NÃO CUIA



JOSÉ LUÍS MENDONÇA

1 Mesmo que Angola tenha pretensões, ao mais alto nível político-administrativo, de seguir a viragem protagonizada pelo Rwanda, ao instaurar o inglês como língua oficial, mesmo admitindo essa hipótese da governação angolana, atribuir o nome de “Uol Strite” (Wal Street) ao primeiro centro financeiro da cidade de Luanda assemelha-se a uma submissão cultural de Angola à globalização neo-liberal (anglo-saxónica) estadunidense.

A notícia avançada pelo Jornal de Angola, na edição de 10 de Setembro, pela voz do presidente do conselho executivo da Sociedade Baía de Luanda, Miguel Carneiro, deixa-nos (est)eticamente arrepiados.

2 Em primeiro lugar, por razões históricas. Se a intenção é glorificar um símbolo da história dos EUA, com a atribuição do nome de “Uol Strite” a um empreendimento em Luanda, apenas estaremos a honrar os que trucidaram os peles-vermelhas (índios) e lhes roubaram as terras para fazer a megalómana nação que é hoje os EUA. A prestar homenagem à história e à sociedade norte-americana e aos seus valores, seria mais honroso dar o nome desse empreendimento àquele chefe índio, Touro Sentado, que derrotou o general Custer e os soldados facas longas na batalha de Little Big Horn (Pequeno Grande Chifre), em 1876, na região onde hoje fica o estado de Montana. Pelo menos, estaríamos a ser solidários com os autóctones norte-americanos, cuja história de ocupação e de luta se assemelha à nossa.

Em segundo lugar, por razões culturais (linguísticas). Nós, angolanos, herdamos dois patrimónios incontornáveis do Encontro de Civilizações iniciado neste território no século XV. O primeiro é a língua portuguesa. O segundo é o mapa em forma de quadrilátero de um país onde cabem povos de diferentes palavras bantu. A língua portuguesa detém um papel central na comunicação, por isso foi considerada desde a independência nacional, como a língua oficial. Dar nomes às coisas da nossa terra na língua que fala a Rainha de Inglaterra não será uma espécie de alienação cultural? O Colóquio sobre a Cultura Nacional, que decorreu em Luanda, em Setembro de 2014, realçou **“a questão da construção de uma Nação próspera baseada na identidade sociocultural do homem angolano”**, e propôs **“o uso e a utilização de motivos culturais nacionais em indústrias, instituições e serviços, bem como em todas as áreas da vida e da actividade dos cidadãos (...)”**.

3 Nós não somos ingleses. Tão pouco norte-americanos. Temos uma língua oficial, o português, e temos seis grandes línguas africanas capazes de nomear seja que empreendimento for que se erga em Angola. Além disso, temos figuras sociais e históricas que podem conferir, melhor que “Uol Strite”, um nome honroso ao primeiro centro financeiro da cidade de Luanda. Veio-me, de repente, à memória, Carlos Rocha Dilolwa, guerrilheiro, economista e ministro do Planeamento e Coordenação Económica do 1º Governo de Angola. E ele há outras fontes culturais nacionais ou mesmo da África que serviriam melhor que “Uol Strite” essa intenção toponímica. Sejamos orgulhosamente angolanos. “Uol Strite” não cuiá.

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

*Um jornal comprometido
com a dimensão cultural do desenvolvimento*

Nº 92 /Ano IV/ 28 de Setembro a 11 de Outubro de 2015

E-mail: cultura.angolana@gmail.com

site: www.jornalcultura.sapo.ao

Telefone e Fax: 222 01 82 84

CONSELHO EDITORIAL:

Director e Editor-chefe: José Luís Mendonça

Secretária: Ilda Rosa

Assistente Editorial: Coimbra Adolfo (Matadi Makola)

Fotografia: Paulino Damião (Cinquenta)

Arte e Paginação: Sandu Caleia, Jorge de Sousa, Alberto Bumba e Sócrates Simóns

Edição online: Adão de Sousa

Colaboram neste número:

Angola: Armindo Jaime Gomes, Dionísio David, Jonuel Gonçalves

Cuba: Amilkar Faria Flores

França: Lauren Ekué

CAPA: Desenho de Manuel Ribeiro de Paiva

Normas editoriais

O jornal Cultura aceita para publicação artigos literário-científicos e recensões bibliográficas. Os manuscritos apresentados devem ser originais. Todos os autores que apresentarem os seus artigos para publicação ao jornal Cultura assumem o compromisso de não apresentar esses mesmos artigos a outros órgãos. Após análise do Conselho Editorial, as contribuições serão avaliadas e, em caso de não publicação, os pareceres serão comunicados aos autores.

Os conteúdos publicados, bem como a referência a figuras ou gráficos já publicados, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os textos devem ser formatados em fonte Times New Roman, corpo 12, e margens não inferiores a 3 cm. Os quadros, gráficos e figuras devem, ainda, ser enviados no formato em que foram elaborados e também num ficheiro separado.

Propriedade



Sede: Rua Rainha Ginga, 12-26 | Caixa Postal 1312 - Luanda
Redacção 222 02 01 74 | Telefone geral (PBX): 222 333 344
Fax: 222 336 073 | Telegramas: Proangola
E-mail: ednovembro.dg@nexus.ao

Conselho de Administração

António José Ribeiro (presidente)

Administradores Executivos

Catarina Vieira Dias Cunha
Eduardo Minvu
Filomeno Manaças
Sara Fialho
Mateus Francisco João dos Santos Júnior
José Alberto Domingos

Administradores Não Executivos

Victor Silva
Mateus Morais de Brito Júnior

TRAJECTÓRIA DA NAÇÃO ANGOLANA

CONTRIBUIÇÃO SINTÉTICA PARA O 40º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

I – DAS COMUNIDADES PROTO-HISTÓRICAS AO POVOAMENTO BANTU



ARMINDO JAIME GOMES
(ARJAGO)

INTRODUÇÃO

Contribuímos para a comemoração do 40º aniversário da independência de Angola nas fronteiras actuais (V/A, 1999), fruto do sistema colonial português de cerca de meio século (1920/1975), descrevendo a trajectória da (des)construção da nação, partindo da génese povoacional da proto-história à contemporaneidade.

Várias têm sido as tentativas de interpretação de Angola nas perspectivas históricas, antropológicas ou sociológicas a fim de expor a génese demográfica deste país e descrever as características mais gerais da sociocultura nacional mas a trajectória das etno-nações à nação angolana da pós-independência é, deveras, formalmente desconhecida.

Aparentemente simples de se abordar, os substratos da paisagem sociocultural de Angola, constituem verdadeiras premissas para a caracterização da origem etno-linguística que sustenta o seu mosaico. O que se pode apontar de antemão é que o nosso grau de parentesco e como nos qualificamos de angolanos constituem motivos suficientes da avaliação dos 40 anos da nossa independência.

Na elaboração deste texto o tradicional foi tido em metodologias aplicadas com base em versões das narrativas e epopeias orais apoiando-nos essencialmente em Mesquitela Lima (1995), Joseph Miller (1995), Jan Vansina (2001), David Birmingham (1974), Eduardo dos Santos (MCMLXVI), Henrique de Carvalho (1885), Djibril T. Niane (2010), et al. Deles e de tantos outros desvendamos mistérios, a fim de alienar o esforço africanista trazendo à luz a nossa história, pois em cerca de 500 anos de contactos escamotearam, adulteraram e camuflaram a realidade em seu próprio benefício.

Quem somos nós, como, quando, de onde, porque estamos no local circunferenciado nas fronteiras da Repú-

blica de Angola e que transformações ocorreram para sustentar a génese da nação enquanto ganho supremo da independência de 11 de Novembro 1975? Outrossim, porque os problemas característicos da etno-história africana não afectam Angola? É nesta perspectiva que procuramos elucidar em seguida que, 40 anos depois da independência do jugo colonial português, somos capazes de fundamentar que o nosso ambiente etno-histórico resulta de um longo processo de (re)assentamentos de povos das mais remotas e diversas origens pelo que se pode compreender porque na génese do povoamento de Angola as estruturas políticas e os sistemas de parentesco são similares e como foi possível o elevado nível de consciência socio-política que nos caracteriza.

COMPREENSÃO E EXTENSÃO TOPONÍMICA

Sendo imprudente falar sobre a realidade angolana sem ter em conta a compreensão e extensão da sua toponímia (SANTOS, MCMLXVI) depreende-se que, ao longo da sua existência, Angola não teve a mesma dimensão histórica (NIANE, 2010). Compreende-se pelo facto da trajectória por que os principais povos (re)assentaram neste território e como organizaram as suas entidades socio-políticas (NETO, s/d.[a]), adi-

cionando-se a forma do estabelecimento das relações com os europeus no decurso dos 493 anos (1482/1975).

Outrossim, Angola constitui a fórmula de principais povos que fomentaram a sua paisagem etnolinguística (REDINHA, 1975), desde os tempos mais remotos, sem que conhecessem isolamentos nas relações de vizinhança (NETO, s/d.[a]), mas assentados os europeus, nos finais do séc. XV (NASCIMENTO, 1910) a sua extensão e a compreensão, enquanto topónimo, começou a ganhar contornos (DIAS, 1961) que configuraram o país de inúmeras etno-nações à nação que ganhamos há 40 anos.

Enquanto topónimo, Angola exprime o plural de «Ngola», terminologia originária da dinastia de povos Ambundu segundo caracterização de V. Coelho (2010:101-200), falantes da língua kimbundu, fundadores dos estados do Ndongo e da Matamba (SANTOS, 1969), fixados ao longo do médio Kwanza. A tradição admite ter havido um estadista do Ndongo e da Matamba que, sendo vassalo do Khongo, foi portador do título político, «Ngola» tornado extensivo aos Ambundu em função do parentesco sociocultural envolvente (MILLER, 1995), designação com que os portugueses caracterizaram o território onde nos encontraram. Tornado extensivo desde 1520, sendo legível

nas principais línguas nacionais faladas em Angola actual, acredita-se que o título «Ngola», com o mesmo significado que Eduardo dos Santos (1969:24) tenha descrito, teria chegado ao médio Kwanza do estado Lunda, bibliografado em 1532 (GONZAGA, 1963) antes do relacionamento formal da Coroa portuguesa e entidades Ambundu. Dentre estes, simboliza o poder político da autoridade tradicional endógena Ndongo: «Mwene Ngola» (COELHO, 2010), - detentor do poder político, autoridade máxima, chefe de estado, rei mbundu (cfr., COELHO, 2010), o Ngola. Até aos contactos com os portugueses em 1560, a monarquia acima reportada conheceu por ordem de sucessão, vários portadores do título de que se suportou a toponímia; Ngola Inene, Nzunda kya Ngola, Tumba kya Ngola, Ngola Kilwanji, Ndambi a Ngola, Ngola Kilwanji kya Ngola, Njinga Kilombo kya Kasende, Mbande Ngola Kilwanji kya Samba.

A extensão toponímica evoluiu fora da vontade dos portugueses que partindo da criação da colónia presidiária portuguesa de 1575 (LEMONS, 1929), baptizada por «Sebasti», isto é, «reino de Sebastião» em memória ao rei de Portugal, D. Sebastião (SANTOS, 1969), sem sustentabilidade, prevaleceu «o reino de Angola» (COELHO, 2010) em função do já existente «reino do Khongo».



Dança de mulheres



khoisan

Entretanto, só em 1926 (SANTOS, 1969[a]) se concretizou o domínio e a exploração geográfico-fronteiriça do território e consequente adaptação da designação de «província ultramarina de Angola», a um conjunto de entidades socioculturais predominantemente de origem etno-linguística Bantu cujo conceito de fronteiras territoriais (NETO, s/d.[a]) era-lhes alheio pois, ao contrário, a extensão geográfico-fronteiriça para os europeus foi, deveras, uma questão cimeira na luta pela sobrevivência político-institucional dos poderes instituídos.

OS DONOS MAIS ANTIGOS DE ANGOLA, OS NÃO-BANTU

Povoamento Khôy-saan.

O espaço restringido à República de Angola, esteve sempre povoado por comunidades proto-históricas (ERVEDOSA, 1980) cujos antepassados tenham pertencido a vários grupos, no caso de Khôy-saan (REDINHA, 1975), de cultura cruzada entre Khôy-khôy e Saan falantes de línguas monossilábicas (V/A, 1963:37) que, pela fraqueza do progresso da ciência, as suas origens (ERVEDOSA, 1980) por situar, quer do ponto de vista sincrónico, quer diacrónico, ainda não se divulgaram. Constituintes de culturas de menor envergadura há 40 anos atrás, confinaram-se geralmente nas zonas montanhosas e estepes meridionais de Angola entre as localidades de Mupa, no baixo Kunene e Rwakaná (ESTERMANN, 1961).

São Bosquímanes, por terem sido encontrados por europeus nas florestas de boskop e em florisbad, caracterizados pelo seu *modus vivendi* e pelo respectivo habitat em grutas,

considerados não-Bantu pelos aspectos antro-morfológicos, quer hematológicos (cfr., op. cit.), por apresentarem uma pigmentação acastanhada, quer em termos culturais, fundamentando a sua economia natural como a caça e colheita de tubérculos tratando-se de “um povo misterioso e esquecido de caçadores-colectores nómadas com uma História rica e variada”, segundo caracterização de M. Conceição Neto.

Confundido com os Kazama chamam-se Vâkwê, singular de ùkwê e Vâhúkwê, singular de ùhúkwê ou húkwê mas por manifestarem hábitos e costumes diferentes dos grupos etno-linguísticos Bantu, passaram a cognomes indecorosos tais como Vakwankwala, singular de ukwankwala, Vakamusekele, singular de kamusekele ou usekele, Vakakwengu ou Vakwengu, singular de kakwengu ou kwengu.

Povoamento Vátwâ

Uma outra etnia constituída por população um tanto quanto nómada, se conhece por Vátwâ ou Ovátwâ, disseminada pelo interior das províncias da Huíla, do Kunene, Kuando Kubango Namibe e Benguela (ESTERMANN, 1961), respectivamente, a si próprio designados por Vakwambundyu ou Vakwambundya (GOMES, 2007) mas conhecidos pelas vizinhanças por Vakwisi, singular de mukwisi e os Vakwepe (REDINHA, 1975), singular de mukwepe, conhecidos entre si por Kway-tsi, o mesmo que donos da terra, - vakwa si, tu vakwa si.

Vulgarmente conhecidos por Kurôkas em função da localização etno-geográfica em que estão inseridos, pelo menos, até meados do séc. XX, os Vakwepe pareciam terem se miscigenado nos Ovimbundu do planalto, em virtude de algumas similitudes

encontradas nas características socioculturais de ambos. Kurôka, toponímia que dá o etnónimo em causa, deriva do verbo okuloka, querendo dizer descer e designa um rio com a nascente em Chianje que atravessa o deserto do Namibe pelo sul ao litoral, desaguando ao norte do Tômbwa.

Quanto às características peculiares, constatam-se serem detentores de estruturas políticas com evolução determinante na história dos povos e no seu conjunto procuram afastar-se das socioculturas de maior envergadura ou, por simples contágio, destes adoptam a língua e demais valores importantes como é o caso de instituições (GOMES, 2007) a exemplo do que ocorre no Dombe-Grande.

No seu todo, do ponto de vista económico, as comunidades de origem etnolinguística não-Bantu contentam-se com os resultados da natureza que a eles se têm adaptado além da endogamia (GONZAGA, s/d:38) e o reduzido número de famílias que lhes são característicos, constituindo motivos suficientes da fraca densidade populacional.

PROCESSO DO POVOAMENTO BANTU

A principal paisagem sociocultural de Angola é fundamentada por grupos etno-linguísticos Bantu que (LIMA, 1964), difundindo-se de Camarões, a partir do vale do Benué, afluente do Níger, expandiram-se em largos territórios adstritos ao Mar Vermelho, cujo processo migracional de 943 a.C. flectiu do Shabá aderindo ao que é República de Angola, há mais de dois mil anos. Quanto ao assunto testa N. Gonzaga (s/d:38) que “Mas’Oudi que percorrerá a Índia, o Ceilão, o Mar da China,

o Índico, Madagáscar e a Pérsia, encontrou essa massa, certamente intercalada apenas entre Zanzibar e o Nilo”, dando respostas essenciais aos problemas ecológicos contribuíram na procura de outras realidades para a promoção de actividades agrícolas, caça e pastorícia.

O exercício do poder político para os africanos teve em conta, e continua tendo, o controle sobre as dinâmicas humanas e o consequente património cultural que espaços geográficos propriamente ditos (NIANE, 2010). No decurso do processo migracional da raiz ntu de muntu, o mesmo que pessoa humana, singular de Bantu, a religiosidade foi mais evidenciada que o território por se tratar de propriedade comunitária.

Na perspectiva de M. Conceição Neto (1999:13) “se compreende que ao longo da história destes povos (...) na busca de condições favoráveis ao seu desenvolvimento, tenha permitido recrear poderes, renovar espaços, enriquecer culturas num processo contínuo e dinâmico”, relevando a ausência de correspondência das fronteiras político-culturais, porém o factor sociocultural sempre teve um peso forte para o equilíbrio das nações africanas.

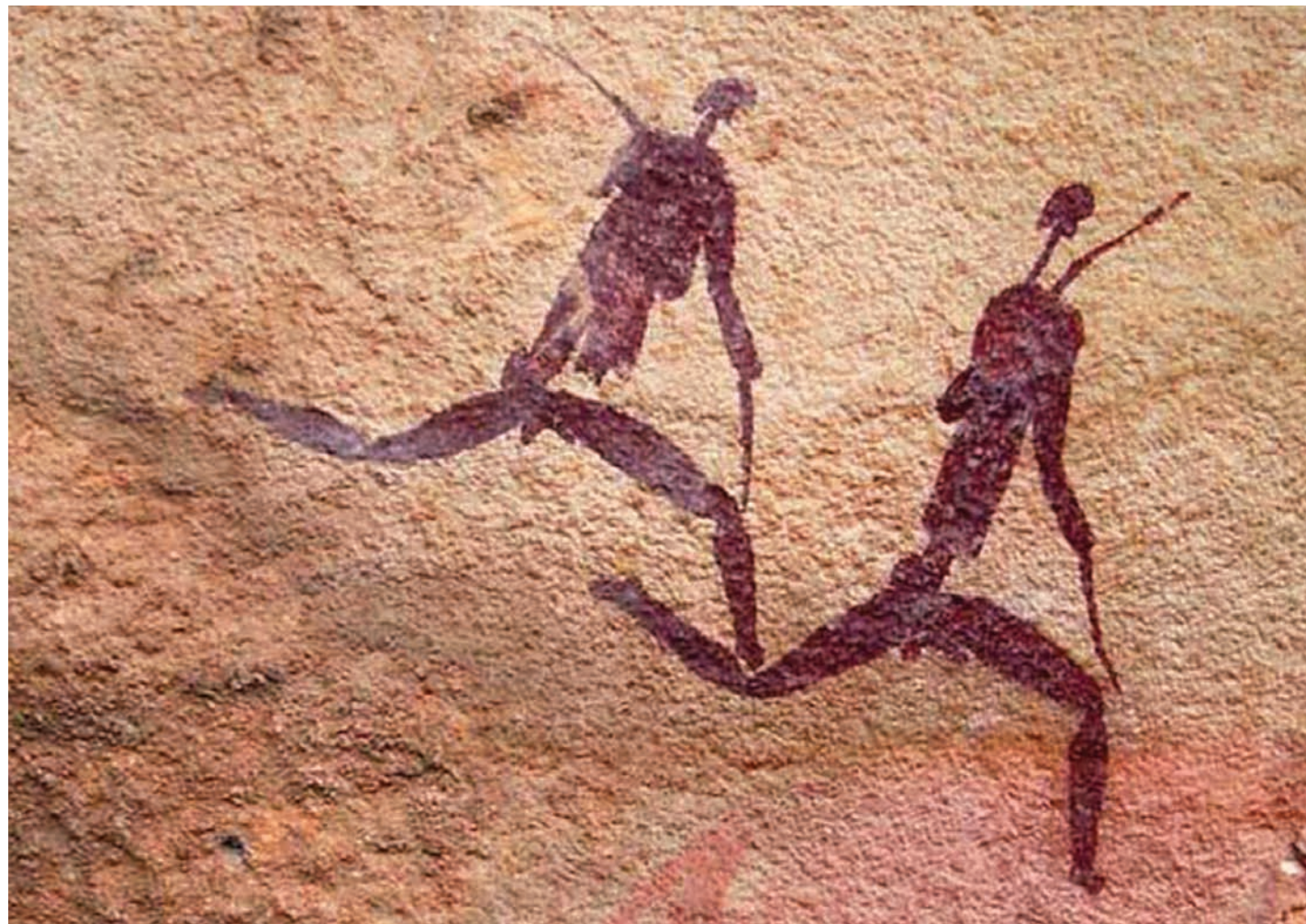
Resultantes de processos de desenvolvimento das forças produtivas tributárias, condicionadas ao progresso da exploração da metalurgia (DAVIDSON, 1981), a disseminação não linear dos povos da fala Bantu, pela África Central e Austral (NIANE, 2010), por importantes complexos socio-políticos do mesmo embrião incluiu Angola distribuída entre Bakhongo, plural de kikhongo; Ambundu (COELHO, 2010), plural de kimbundu; Ovimbundu, plural de ocimbundu; Balunda, plural de cilunda; Baluba,

plural de ciluba; Valwimbi (cfr., V/A, 2002), plural de lwimbi; Vacokwe, plural de cokwe; Vanyaneka, plural de nyaneka; Vahelelo, plural de cihelelo; Vankhumbi, plural de mukhumbi; Ovambo, plural de ocivambo; Vaxindonga, plural de xindonga, etc., correspondendo com mais de metade da população cuja influência determinou a paisagem sociocultural nacional (REDINHA, 1975).

Entretanto, os europeus tentaram justificar a sua presença, demonstrando em vão que os falantes da raiz *ntu*, o mesmo que *alma*, teriam chegado neste território em simultâneo com eles. Para consolidar esta tese eurocêntrica rematando em como o *mntu* (GONZAGA, s/d) “não possuía História e por isso agrafo” a antropologia cultural ocidental, “a uma outra distância, esforçava-se ver o africano à mesma luz obscura: como ser de camadas inferiores e a quem a civilização, se quisesse sobreviver, tinha que manter firmemente no seu lugar. Justificando os 500 anos em África, tudo fizeram pois, segundo B. Davidson (1981:26) os ocidentais tinham “tendência para pensar nos africanos não apenas como crianças incapazes de crescer, mas também como crianças agressivas e potencialmente perigosas”.

Lê-se de N. Gonzaga (op. cit. p.35), que o extravasamento de uma mole, mais ou menos considerável, atingindo zonas de Angola, é, não apenas ligeiramente ulterior, como historiadores aceitaram, ao desembarque, no Zaire, dos nautas de Diogo Cão, mas, algo posteriormente à radicação dum sem número de núcleos portugueses colonizadores.

Em história de Angola sobre o (re)assentamento etno-linguístico Bantu, os caçadores-guerreiros interpretam a fundação de estados unificando as nações, mas não eram produtores da metalurgia que usavam



Pinturas de khoisan

nas actividades que os caracterizavam; a guerra e a caça, razão de estabelecimento de alianças entre sistemas matrilineares, o mesmo que agricultores e patrilineares o mesmo que caçadores. Vagas de chefaturas uterinas sucessivas não lineares, assentaram este território vindos do Shabá (NIANE, 2010). Para tal atravessaram os vales Kasay, Kwangu (CARVALHO, 1997) e projectaram-se pela margem direita do rio Longa ao Kwanza junto do planalto da Matamba ao Khongo (MILLER, 1995). Porém, existiram aqueles que continuaram pelo planalto ao litoral centro-sul (CARVALHO, 1997) enquanto as patrilineares flectiram ao longo da margem do Kunene ao norte fora. O

processo migracional destes povos constitui o fundamento antropológico da emersão do ambiente natural (DIAS, 1961) de Angola pois, um aspecto fundamental no estudo das sociedades endógenas a tomar em consideração é o ambiente povoacional como elucida Jorge Dias (1961:57) dizendo que, se na ciência evada (sic) de tendências finalistas, ou submetida a uma rígida concepção determinista, não resiste à crítica dos tempos modernos, também não é menos certo que a natureza desempenha um papel extremamente importante na maneira como se processa a adaptação de cada sociedade ao ambiente natural em que se fixou. Depois de tentativas de estudos ar-

queológicos de 1966 de Desmond Clark, citado por C. Ervedosa (1980:52), deixando patente a divisão da paisagem etnográfica de Angola em três regiões ecológicas correspondendo igualmente com três linhas fronteiriças de culturas líticas, mais ou menos distintas, em 1974 foi divulgado o mapa etnográfico (REDINHA, 1975) caracterizando a paisagem sociocultural de Angola adequada às fronteiras coloniais (SANTOS, 1969[a]) de 1926 (V/A, 1999) com cerca de 10 complexos distribuídos em cerca de 100 subgrupos etnolinguísticos (cfr. Redinha, 1970).

CONTINUA NA PRÓXIMA EDIÇÃO

HISTÓRIAS DE VIDA NA VIDA DE UM PAÍS



FILIPE ZAU

No ano em que Angola comemorará o 40º aniversário da sua Independência, vale a pena recordar que, em finais do século XIX, os escritores “angolenses” consideravam que a portugalização significava uma ameaça à sua identidade e ao seu desenvolvimento económico e socio-cultural e manifestavam estas suas opiniões em jornais da época, tais como: “A Civilização da África Portuguesa”, “O Comércio de Loanda”, “O Cruzeiro do Sul”, “O Futuro de Angola”, “O Pharol do Povo”, “O Arauto Africano”, “O Muen’exi”, “O Desastre” e “O Polícia Africano”. No dizer de

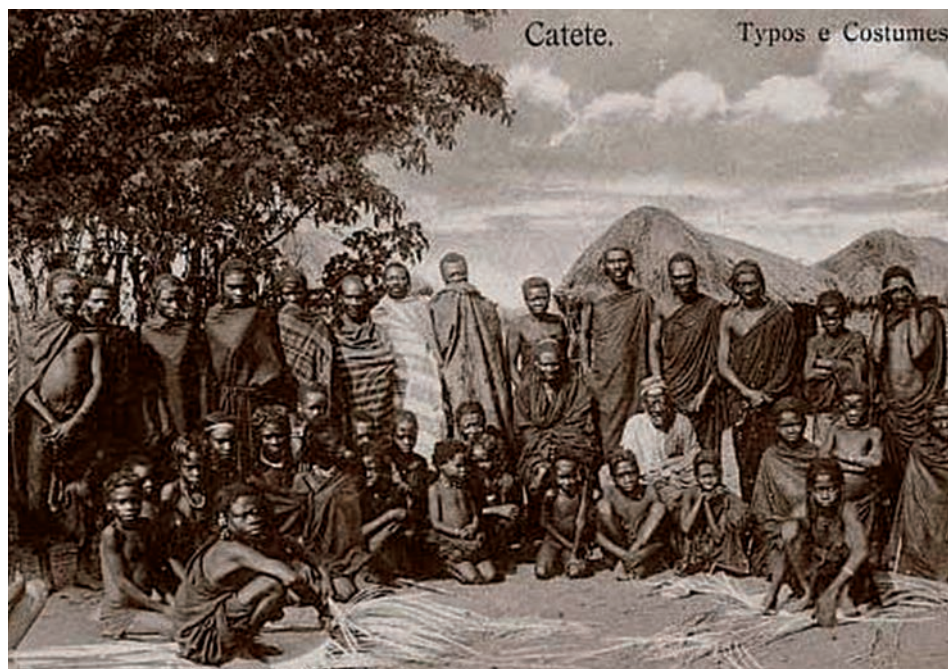
Mário Pinto de Andrade, demiurgo da sociologia angolana, foi “a génese do escrito protestatário” com “correntes de formação de uma consciência nativista – a dos “filhos do País”.

Luanda e Benguela transformaram-se em centros de tertúlia, onde publicamente eram defendidos os ideais da Revolução Francesa e manifestado o desejo de obtenção de uma autonomia política. Das principais personagens de intervenção nestes periódicos sobressaem nomes de jornalistas, escritores e homens públicos, como: José de Fontes

Pereira, Cordeiro da Matta, Pedro Félix Machado, Francisco Ribeiro Castelbranco, Pedro da Paixão Franco, António de Assis Júnior; Apolinário Van-Dúnem e Alfredo Troni. Estes, entre outros, acabaram por ser considerados os pioneiros de um jornalismo e de uma literatura verdadeiramente comprometida com os interesses de Angola.

Num período de liberalismo constitucional monárquico e de imprensa livre em Portugal, que antecedeu a instauração da 1ª República, em 5 de Outubro de 1910, “o nativismo exprimia o sentimento colectivo de ser

portador de valores próprios, o referente de identificação e confluência das suas aspirações a uma autonomia e futura independência.” Do escol dos intelectuais acima referenciados, optei por inicialmente me debruçar sobre a figura de Pedro Félix Machado, bem como dos seus mais relevantes descendentes, atendendo às suas proeminentes histórias de vida, quer como operários de cultura, membros de movimentos associativos ou ainda como políticos activos, que, em épocas distintas, souberam sonhar a autonomização da colónia e a independência de Angola.



Catete

Da obra literária do intelectual Pedro Félix Machado conhece-se um livro de sonetos intitulado “Sorrisos e Desalentos”, dois monólogos com o nome de “Beijos” e “Uma Teima”, bem como ainda um romance íntimo, publicado em 1891, que dá pelo nome de “Cenas de África”. Neste livro, segundo o jornalista e escritor angolano Alberto Oliveira Pinto, o autor procura demonstrar “como é que o Brasil representou e representa uma referência permanente e persistente no percurso identitário dos angolanos e na sociedade angolana, desde o tempo do tráfico de escravos e da abolição da escravatura”.

Na realidade, até perto do final da primeira metade do século XIX, a economia de Angola dependia ainda de um intenso tráfico de escravos, que eram embarcados nos portos de Luanda e Benguela com destino, sobretudo, ao Brasil. “Angola era pura e simplesmente uma feitoria que, desde o século XVII, era governada pela colónia portuguesa do Brasil e não directamente pelo Reino de Portugal”.

Ainda de acordo com Pepetela, “estatísticas de 1799 revelam que existiam 110 postos de funcionários na colónia de Angola, dos quais 20 por cento eram ocupados por mestiços (supomos que de Angola), 6 por cento por brancos nascidos em Angola, 3 por cento por negros e 12 por cento por brancos vindos da metrópole, o que significa que cerca de 60 por cento dos funcionários eram originários do Brasil. Uma outra estatística de 1818 indica que Angola importou do Brasil mercadorias que representavam 95,1 por cento do valor global, enquanto apenas 4,9 por cento vinham de Portugal. Quanto às exportações faziam-se exclusivamente para o Brasil, a saber: 98,6 por cento em escravos, o resto sendo representado por uma percentagem irrisória de cera e marfim. Estes dados revelam que Angola era, de facto, uma colónia do Brasil até à data da independência do gigante sul-americano (7 de Setembro de 1822), colónia especializada

no comércio de escravos, o que se reflectiu evidentemente na sua composição social e no seu substrato social”.

Se considerarmos colono o indivíduo que sai da Europa com a intenção de viver permanentemente na colónia – não sendo, portanto, soldado, degredado ou membro do serviço colonial – podemos então dizer que a colonização portuguesa, em Angola, não começou antes de meados do século XIX (1849-1851), altura em que cerca de quinhentos “brasileiros” chegaram ao porto de Moçâmedes (actual Namibe). Tal facto ocorreu por se ter dado, entre 1847-1848, uma insurreição armada na cidade brasileira de Pernambuco.

Angola não era suficientemente atractiva para os portugueses vindos da Europa ou do Brasil. Logo, para que este primeiro processo de colonização pudesse resultar com alguma eficácia, teve o governo de usar métodos de intervenção directa, fornecendo passagens grátis para Angola. Uma vez chegados, era-lhes dada terra, habitação, animais, sementes e subsídios. A este processo chamou-se “colonização dirigida”.

Após a instauração do Estado Novo, em 1933, Américo Alves Machado, familiar de Pedro Félix Machado, foi, segundo Eugénia Rodrigues, “um dos mais dinâmicos e radicais elementos da Liga Nacional Africana” (LNA), cuja Comissão Administrativa integrou, entre Setembro e Dezembro de 1936, juntamente com Manuel Sebastião Pedreira, José Firmino Meireles, Apolinário Edmundo de Carvalho e Lucrecio Africano de Carvalho. Américo Machado dirigiu o Centro de Estudos da LNA e, entre 1936 e 1938, fez parte da comissão do “Angola”, boletim oficial daquela agremiação, assinando inúmeros textos e sendo provavelmente o autor dos artigos publicados sob o pseudónimo de Ludovico Mára. Foi, em 1938, para o Lubango e lá foi redactor de “O Direito”. Em 1944, foi para Lisboa estudar medicina.

Ilídio Alves Machado, nascido em

Luanda, em 17 de Dezembro de 1914, funcionário dos Correios e Telégrafos de Angola, foi irmão de Américo Alves Machado e um outro descendente de Pedro Félix Machado. Fundador e presidente da Liga da Mocidade Angolana (LMA), membro de Centro de Estudos e, a partir de Outubro de 1947, redactor de o “Farolim”. A LMA surgiu em 1936, como consequência provável de uma das várias dissidências da LNA. Tinha o propósito de fazer emergir “uma mocidade angolana mais consciente, mais eficaz nos empreendimentos e positivamente mais valiosa dentro da própria terra natal”.

De existência efémera, teve a LMA como promotores: Carlos Alves do Nascimento, “filho de um velho combatente da causa africana” António Botelho do Nascimento; Francisco Octávio Neto (vice-presidente); Guilherme Lima Alves do Nascimento (1º secretário); Luís Maria Nascimento (2º secretário); Eurico de Santana (tesoureiro); Bernardo dos Santos Castelbranco (vogal) e Pedro Trindade Aleixo da Palma (vogal).

A partir de 1948, foi, segundo Edmundo Rocha, “um dos mais dinâmicos e consequentes promotores do nacionalismo angolano. Junta-se aos ‘Novos Intelectuais de Angola’ e, influenciado pelas correntes ideológicas marxistas provenientes do Brasil e Portugal, funda com Viriato da Cruz, em 1955, o Partido Comunista de Angola (PCA) e, depois, o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), tendo sido um dos subscritores do MANIFESTO de 1956”. Após a saída de Viriato da Cruz de Luanda, viria, com André Franco de Sousa e Higinio Aires a dirigir o clandestino Movimento para a Independência de Angola (MIA) e, mais tarde, veio a ser militante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Atrás de uma fachada recreativa e cultural para encobrir toda uma actividade política, o Clube Marítimo Africano (CMA), juntamente com membros progressistas da Casa dos Estudantes do Império (CEI) e membros do Centro de Estudos Africanos (CEA), faziam circular ideias nacio-

nalistas provenientes das ex-colónias portuguesas em África e dos estudantes e intelectuais exilados em Paris. O trabalho de consciencialização política junto dos marítimos, acabaria por ser determinante, já que estes estabelecem uma ligação regular entre a metrópole, as ex-colónias e outros países. Assim, a ligação estabelecida entre diferentes organizações nacionalistas afins, era feita através da troca de correspondência que, por razões de segurança, era transportada em mão pelos próprios marítimos.

O CMA foi, de acordo com Edmundo Rocha, “(...) o inédito ‘soviete’ africano incrustado em terras lusas.” Viu os seus estatutos aprovados em 13 de Dezembro de 1954, tendo sido signatários do pedido de autorização para a formação desta associação recreativa, desportiva e cultural, Raul Francisco Caterça e Humberto do Carmo Alves Machado, irmão de Américo e Ilídio Machado. Humberto Machado, militante da primeira hora do Movimento Anti-Colonial (MAC) e do MPLA, nasceu em 1927, em Luanda. Foi, depois da Independência de Angola, vice-ministro da Agricultura e vice-presidente da Liga Angolana e de Solidariedade com os Povos (LAASP). Faleceu a 23 de Março de 1992.

Estas e muitas outras pequenas e diferentes histórias de vida, passíveis de se constituírem em diferentes estudos de caso, representam pequenas ilhoses de uma grande corrente de ideias e cumplicidades, subordinadas a ideologias e estratégias políticas influenciadas pela Guerra-Fria, que iniciou com o fim da II Guerra Mundial (2 de Setembro de 1945) e terminou com a queda do Muro de Berlim (9 de Novembro de 1989). A lógica de exclusão que se sobrepôs à lógica da complementaridade, caracterizou a divisão do movimento independentista angolano, que, no pós-independência, encontra, com o fim da guerra civil, em 4 de Abril de 2002, o seu sentido mais amplo de identidade: o primado da paz e da angolanidade, em contexto de diversidade cultural e política.



Mulheres de contratados na Lunda

XV EDIÇÃO DO FESTIVAL DE LITERATURA DE BERLIM

Pensar o futuro do Mundo e a cultura dos povos



Igreja em Berlim, símbolo de um tempo dividido

Para além de significar celebração, um festival também é ocasião para “entrelaçar famílias e pessoas a fim de se conhecerem, e até mesmo para encontrar um companheiro”. De 9 a 19 de Setembro deste ano, cerca de 200 mulheres e homens de Letras de todo o planeta se encontraram em Berlim, a cidade que já foi o símbolo da divisão do Mundo em blocos de influência, para se conhecerem mutuamente e às respectivas produções escritas. Nesta décima quinta edição, o festival incluiu temas como “Literaturas Mundo”, “Reflexões”, “Literatura para crianças e jovens” e mais de trinta actividades de carácter especial sobre o futuro do mundo, envolvendo num mesmo espaço escritores, críticos literários, intelectuais, jornalistas e cientistas sociais que pensaram o desenvolvimento das nações e culturas neste turbulento e complexo século XXI.

Neste Festival Internacional de Literatura de Berlim, que já leva 15 anos de existência, e onde a precisão, a pontualidade e eficiência germânicas fazem mover toda uma série de eventos em simultâneo, Angola também marcou presença, sob a égide da União dos Escritores Angolanos. Foi a primeira vez na história do certame que participaram escritores angolanos oriundos da terra natal e, por isso, ainda não traduzidos: Sónia Gomes e José Luís Mendonça. Pela Universidade Agostinho Neto, viajou a professora Amélia Mingas.

Ineke Phaf-Rheimberger e Jan Upleger introduziram José Luís Mendonça a um público curioso que, no dia 12 de Setembro foi à House of the Berliner Festspiele ouvir o escritor falar da sua obra O Reino das Casua-

rinas. Ainda no mesmo painel “Literaturas do Mundo”, coube a vez, no dia 16, à escritora do Leste de Angola, Sónia Gomes, de apresentar-se ao público alemão, com moderação de Manuela Sambo e Tatiana Nekrasov. A autora falou do seu romance A Filha do General.

Estas apresentações das obras tiveram como principal objectivo levantar a curiosidade e o interesse dos editores alemães, para uma possível tradução.

Na estreia do festival, a 2 de Setembro, esteve o escritor chinês, Liao Yiwu, autor de “Para uma canção, uma centena de canções” que falou sobre a arte moderna ao lado de seu compatriota Ai Weiwei. A conferência de Liao Yiwu foi um dos vinte eventos que abordaram o futuro da cidade em 2030, questão que “desempenha um papel importante” na Literatura Festival de Berlim este ano de 2015, de acordo com Ulrich Schreiber, director do evento.

A edição deste ano conta ainda com autores de renome como o artista indiano Sunandini Banerjee, o Nobel africano da Literatura, Wole Soyinka, e a artista e escritora bielorrussa Marina Naprushkina.

Congresso de Lusitanistas

Enquanto Sónia Gomes falava naquele mesmo espaço, já José Mendonça e a professora Amélia Mingas iam, pela mão da professora Ineke Phaf-Rheimberger, que tem dedicado uma especial atenção à participação de Angola neste certame, a caminho de Aachen, mais ao Sul da Alemanha, onde decorreu, de 16 e 19 de Setembro, o 11.º Congresso Alemão de Lusitanistas, na Universidade Técnica daquela urbe, que foi a praça forte do imperador Carlos Magno.



Amélia Mingas dissertando



Universidade Humboldt, cenário do romance O Reino das Casuarinas



Sónia Gomes e José Mendonça em Berlim

Sob o tema “(R)evoluções e transformações - O mundo lusófono em movimento”, o XI Congresso dos Lusitanistas da Alemanha, uma grande conferência dedicada à língua portuguesa e à cultura lusófona fora do seu espaço geográfico, abordou “as grandes mudanças políticas que marcaram Portugal, Brasil e África e os aspectos sociais, culturais e linguísticos que essas mudanças trouxeram: os mais de quarenta anos da Revolução dos Cravos (1974), os quarenta anos da independência de Angola (1975), os trinta anos do fim do regime militar no Brasil (1985) e a nova posição do país como líder mundial latino-americano. Isso implica também novas relações entre as nações de língua portuguesa e têm por consequência novas perspectivas e tarefas no que diz respeito ao ensino e à pesquisa nas nossas áreas de actuação.”

No dia 17, Amélia Mingas falou na Universidade Técnica de Aachen sobre “Língua Portuguesa em Angola – Um Fantasma que se Humanizou”. Na sua dissertação, a especialista em linguística teceu o fio dos entrelaçamentos que se produziram, ao longo dos séculos entre a língua portuguesa – na sua acção glotofágica de ocultar todas

as outras línguas de raiz bantu de Angola – e as reacções naturais produzidas dentro da língua europeia, pelos falantes das línguas africanas, cuja entoação é influenciada pela fonética das línguas bantu.

José Mendonça apresentou um ensaio sobre as relações que se estabelecem entre língua, actividade e pensamento económico e cultura, no território angolano. No dia 19, coube outra vez a palavra ao escritor para dissertar sobre o seu romance O Reino das Casuarinas.

O romance trata da contradição crucial entre o livre-arbítrio e o determinismo social que desemboca na questão do direito de viver ou da segurança do indivíduo. e é um apelo à preservação da Floresta da Ilha de Luanda que se degradou, pois foi sendo delapidada no seu recurso mais caro, as casuarinas. “É uma homenagem às belas árvores coníferas da nossa terra”, disse o escritor.

Na sessão esteve presente o tradutor dos angolanos, Michael Kegler, que já verteu para o alemão as obras de de Pepetela, Ondjaki e outros escritores. Com este especialista alemão, a professora Ineke vai estudar a possibilidade da tradução de outras obras da proça literária angolana.

Prosa beija-flor para Bito Pacheco

JOSÉ LUÍS MENDONÇA

Bito Pacheco, te cantamos esta prosa beija-flor a voar entre as pétalas da história do nosso país que não esquece o teu sorriso. Celebramos tua mão amiga, tua voz conselheira e teu olhar companheiro de todas as horas.

Se a imprensa diz “terça-feira, 22 de Setembro, em Luanda, vítima de doença”, nós não temos descoragem de te chorar. Podemos mesmo chorar “uma lágrima no canto do olho”, mas conseguimos ir aonde levam teus olhos fechados, nessa terra a que chamam última morada. Tua morada perpétua (não última) é aqui no coração e este se perpetua de sentimentos e não há adeus. O que há é o fruto maduro do teu plantar versátil por entre as matilhas da missão do Estado. Esse nos alimenta, irmão-camarada-Álvaro Pacheco dos Santos.



18ª edição do Festival da Canção de Luanda

'SABER AMAR' E MEMÓRIA MUSICAL

MATADI MAKOLA

'Saber Amar', interpretada por Dino Ferraz, consagrou-se a grande vencedora da gala da 18ª edição do anual Festival da Canção de Luanda, da emissora LAC-Luanda Antena Comercial, realizada na noite do dia 18 de Setembro na Baía de Luanda. A composição musical evidenciou a melodia com arranjos clássicos. O músico Moreira Filho – presidente da mesa do Júri, levantando as razões que levaram Dino a ser o intérprete LAC 2015, referiu que houve três itens importantes: a voz, a letra e a interpretação. "A letra, que é a principal exigência, analisamos e vimos que a vencedora deveria ser a de Totó, sem nenhum desprimor para as demais".



Dino Ferraz e Totó

Jack Nkanga, membro do júri que envereda pela fusão jazzística empreendida na canção vencedora, acrescentou que a interpretação de Dino foi a mais bem conseguida. "Em termos melódicos, um trabalho praticamente feito pelo Totó, esteve bem. Em termos técnicos e posicionamento vocal, este excelente. Foi um digno vencedor. Quanto aos outros, por vezes não são apenas as falhas, mas o júri deve tomar a difícil decisão de escolher apenas um dentre os melhores".

O concurso abriu com a canção 'Amor Virtual', interpretada e escrita por Aroldo dos Anjos. Um tema romântico com uma letra sem muitas novidades, mas uma postura em palco de boa nota e uma excelente execução do pianista. Foi a canção

merecedora do prémio LAC/Unitel. 'Marina' foi interpretada e escrita por Cláudia Wime, que não se mostrou muito confiante no início mas que depois soube dar vida e graça à sua voz ao trazer um tema com um quê do sabor da rítmica brasileira. Em 'Partida', interpretada por Constantino Chitaca e escrita por Paula Cunha, já a intenção rap se fez presente com este tema marcadamente R&B. 'Mana Santa', escrita por José Diogo e interpretada por

Fernanda Diogo, teria outro resultado estético se a marimba acompanhasse aquela doce melodia trazida em kimbundu. Em 'Apenas nós', letra da dupla Filipe Zau e Mukenga, Gari Sinedima deu vida ao enredo subjectivista.

Gigi Sampaio fez a noite saber a semba ao interpretar 'Nga Mute Putu', letra de Tonito. A ovacionada 'Clarão ao Luar', interpretada e escrita por Guerra Matias, conquistou pela cadência e felizes mudanças rítmicas. Foi merecedor do prémio de Melhor Voz. 'Voz', interpretada e escrita por Antonica Caxinda, que se mostrou um tanto tímida, foi a última em concurso.

Memória musical dos 40 anos de independência

A coreografia da rapsódia da memória musical comemorativa aos 40 anos da independência ficou a cargo do Ballet Kilandukilu e vozes de Érica Nelumba, Kyaku Kadaffi, Dina Santos, Djanira Mercedes, Jacinto Tchipa, Kueno Aionda, Livongue, Isaú Fortunato, Calabeto, Gaby Moi, Robertinho e Khris Mc, que puderam interpretar André Mingas, Manuel Rui, Paulo Flores, Eduardo Paim e outros, trazendo nomes e suas épocas, desde o "medo de falar política" com a história tocável da Vovó Xica, de Waldemar Bastos, ao amor por esta Angola independente e de todos nós de Matias Damásio, mas sem deixar de lado nomes como o de Belita Palma, lançando em momentos musicais sementes feministas da

luta pela igualdade de género, apelando às mulheres que tiveram papéis de destaque que "era necessário que elas deixassem de ser apenas lavadeiras e empregadas domésticas, mas que aprendessem a ler e a escrever", um repto que voltou, em tempos mais recentes, a ser reforçado com o 'vale a pena ser mulher' pela magna voz de Lourdes Van-Dúnem. E como renunciar Angola aos colonos era impossível, a voz firme e traquejo musical de Kyaku Kadaffi ao interpretar o poema de A. Neto deram sentido à tertúlia que mesclava poesia, teatro, dança e música. O duro processo da guerra civil não ficou de parte, Jacinto Tchipa reescreveu à sua mãe a 'Cartinha da Saudade' com a qual chegou aos recônditos lugares dos corações dos angolanos para apelar a paz. Das consequências sociais deste período, Irmãos Almeida empunharam a 'Minha Viola' e Gaby Moi, num flash sonoro do ambiente do Roque Santeiro, repudiou a 'Vizinha Zongola'. A pomba branca que vaticina o progresso nasceu e com ela a paz, levando a música a mudar de figurino e cantar o 'País Novo', de Matias Damásio e outros cantores que louvam este clima de paz e segurança que o país vive aos 40 anos de vida.



Artistas que participaram na rapsódia Angola 40 anos de música

Vencedor do FESKIZOMBA 2015

ADMIRO APRECIA MATIAS DAMÁSIO E SONHA GRAVAR COM HEAVY C



Admiro recebeu o prêmio Feskizomba 2015 das mãos de Cornélio Caley, Secretário de Estado da Cultura

MATADI MAKOLA

O Cine Tropical acolheu na noite do dia 19 a gala da final da 8ª edição do FESKIZOMBA (festival nacional de música kizomba). Os 20 finalistas, escolhidos num universo de mais de noventa concorrentes, deram a conhecer as suas propostas musicais e contribuições ao género que tem conquistado a juventude angolana pela sua sedução no canto e sensualidade na dança (com o mesmo nome). Sob o olhar de ilustres figuras da cultura e da so-

ciade angolana, os 168 votos do Júri foram suficientes para a canção 'Presente Divino', de Admiro Simão, candidato de Luanda, sair vencedora desta edição que elegeu como homenageado o músico Robertinho e que contou como convidado especial o seu congénere Proletário. 'Desculpa meu amor', de Sandra Fica, candidata do Bengo, foi a segunda classificada com 156 votos, e 'Porquê', de Osvaldo Santos, também candidato de Luanda, foi terceira classificada. Admiro teve como prémio o patrocínio de um single promocional

e, juntamente com os restantes vencedores, poderá também frequentar o curso de Música ministrado pelo Complexo de Escolas de Artes (CEART), afecto ao ministério da Cultura.

Admiro Botelho Simão não é assim tão desconhecido, embora ainda seja um nome a considerar nos salões da fama da música do hoje. É possível visualizar no youtube um vídeo da sua música 'Afrokina', um afro-house saído em 2012 e que já tem estado a rolar nos canais de televisão. Não é só um cantor de kizomba, gosta de se mostrar versátil, porque também cultiva o semba e o house. Trabalha com a produtora Filas Produções. Sempre que junta alguma coisa das suas letras e ideias, é para lá que corre para gravar.

Esperava participar no Feskizomba de 2014, mas descuidou-se e quando deu por si já tinha passado o tempo das inscrições. Este ano foi um pouco mais atento, e controlou um anúncio publicado no Jornal de Angola, quando já só faltava um dia para o término das inscrições. Não acreditava que fossem ouvir a sua música, mas o destino o surpreendeu quando recebeu a ligação da organização do concurso a informar que era um dos selecionados para a grande final do FESKIZOMBA 2015, com a música "Presente Divino", que segundo o cantor é uma forma de mostrar o carinho que devemos ter pelas

mulheres, este "presente de Deus".

É o quotidiano que o inspira, não sendo do tipo programático no que toca às composições das suas canções, gosta de seguir o fio da inspiração. Tem sido fortemente influenciado pelos músicos nacionais, sendo um fã assumido de Matias Damásio e Ary e sonha um dia trabalhar com o cantor Heavy C, que também admira o seu trabalho enquanto produtor.

Espera que este ganho venha a facilitar o contacto com estas produtoras e artistas e aliciar empresários e mecenas a apoiarem os seus projectos musicais em carteira. E se um dia fosse lançar um cd, não escapará ao título 'Presente Divino, uma forma de fazer perdurar este tema que lhe traz as possibilidades de conquistar o estrelato.

'Presente Divino' é uma kizomba produzida em 2014 no estúdio caseiro do Dj Filas, situado na Mabor, Cazenga. Admiro é do Cazenga mas sempre viveu no Tala Hady.

Vem dos coros religiosos da igreja Metodista. Mas a decisão de fazer carreira musical ganha força em 2011, altura em que procura lançar-se com o afro-house 'Afrokina'. Para os seus fãs, pede ajuda para continuar com esta alegria, agora que está a sentir que tudo valeu a pena e que as escolhas e sacrifícios que fez pela música começam a dar os seus frutos.

Expo Mião 2015

PRESIDENTE QUENIANO VISITA GALERIA DA UNAP

Desde a sua abertura, a Galeria UNAP é um espaço privilegiado para os visitantes do Pavilhão de Angola na Expo Milão 2015. As duas últimas exposições individuais foram visitadas por mais de 190.000 amantes das Artes.

A exposição da Erika Jâmece inaugurada no dia 2 de Setembro do corrente, já foi visitada pela Ministra da Defesa da Itália, Sra. Roberta Pinotti. Na sua intervenção ela reconheceu o potencial do pavilhão. O Comissário Geral Adjunto, Dr. Ditutala Simão acompanhou a visita até a Galeria da UNAP.

No dia 8 de Setembro, o Presidente do Kenya, Uhuru M. Kenyatta visitou a exposição da Erika e reconheceu a

importância do Imbondeiro com essas palavras: "vejo que essa árvore é simbólica na cultura angolana. O pavilhão dedicou um espaço com ela, e vejo agora a pintora retratá-la aqui", referindo-se a uma das obras da Erika Jâmece., A Comissária Geral, Engª. Albina Assis Africano, encarregou-se de acompanhá-lo, e a visita culminou na Galeria UNAP, cujo curador Patrício Batsíkama explicou a obra de Erika Jâmece.

A exposição de Erika terminou no dia 16 de Setembro, dando lugar à exposição colectiva de Etona, Van e Tchivinda, que foi inaugurada no dia 17 de Setembro alusivo ao Dia Nacional de Angola na Expo Milano 2015.



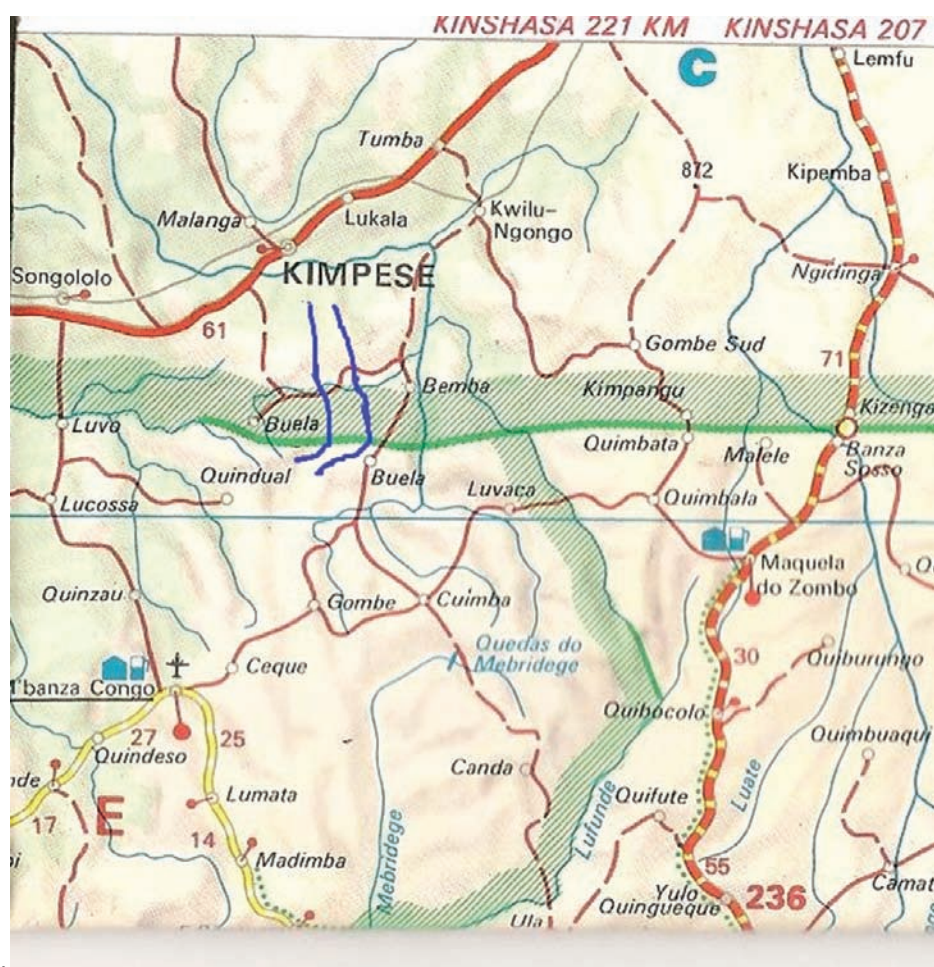
Engª. Albina Assis Africano e Uhuru M. Kenyatta em animada conversa

Luta pela Independência

MEMÓRIA SOBRE OPERAÇÃO DE RECONHECIMENTO



JONUEL GONÇALVES



Área fronteiriça Angola-Congo onde se situava nosso centro de interesse, marcado por duas linhas azuis entre o sul de Kimpese e entrada em Angola a oeste de Buela angolana.

Após os ataques da madrugada de 4 de fevereiro de 1961 em Luanda até ao 25 de abril de 1974, a resistência urbana em Angola foi conduzida por ações espontâneas com, pelo menos, quatro tentativas de organização clandestina duramente reprimidas, nas quais incluímos ações de estudantes angolanos das universidades portuguesas devido aos efeitos diretos em Angola. Mas a partir de meados da década de 1960 exilados sem filiação partidária e também ativos em bases individuais, projetaram formar o que hoje se chamaria “rede” incluindo ligações com patriotas nas cidades do país. Como não havia internet, essa “rede” obrigava à criação de “corredores invisíveis”. O tema foi abordado de forma alargada no livro “Franco Atiradores” (ed. Mayamba:2010), aqui serão dados apenas alguns elementos sobre uma ação específica que, mesmo só tendo sido implementada parcialmente, exemplifica a vontade combativa e é complemento à informação histórica sobre a luta pela Independência, neste ano do 40º aniversário.

Lisboa e Paris foram importantes vias de passagem no relacionamento entre zonas urbanas e o exterior, mas Dakar foi um relevante centro de ar-

ticulações conduzidas por essa pequena “rede” exilada, no sentido das duas áreas principais a que tinham acesso dentro de Angola: entidades culturais estudantis e angolanos que prestavam serviço militar obrigatório nas forças armadas portuguesas. Aliás, ambas tinham também forte ligação entre si, na medida em que muitos desses militares eram antigos estudantes.

Esta “rede” teve grande reforço no final da década de 1960 com a chegada ao exílio de “compelidos” (cidadãos não apresentados à inspeção para incorporação militar) e desertores angolanos das forças armadas portuguesas, podendo salientar-se os nomes de Jorge Gouveia, Tavares Alves e Eduardo Pinto, estes dois desertores da força aérea portuguesa. Mais tarde desertaria da escola de oficiais milicianos de Mafra, Vasco Castro e Silva, instalando-se em Bruxelas onde existia desde há muito um grupo de estudantes angolanos. Além de compatriotas em trânsito, alguns dos quais voluntários para missões pontuais, chegando um deles a ter papel importante numa missão urbana.

A rede projetava lançar uma campanha de mobilização, cujo desenvolvimento tinha como pré-requisito es-

truturar aquelas ligações. Uma das vias estudadas era a passagem clandestina da fronteira congolosa por pequena unidade de cinco combatentes, com meios de auto-defesa, comunicação, informação e sobrevivência, capaz de criar condições gerais de contacto e infraestrutura, visando reforçar a luta pela independência num clima de tolerância democrática e respeito mútuo no campo nacionalista angolano.

Procurava-se superar fragilidades anteriores nas formas tradicionais de ligação, onde o inimigo acumulava vantagens e eu estava em excelente posição para realizar a operação de reconhecimento prévio na fronteira sul congolosa-norte angolana. Tinha terminado o primeiro ano de “doctorat de 3ème cycle” na EHESS de Paris, podendo candidatar-me a trabalhar em projetos de desenvolvimento no continente africano, dada a minha área de estudo. Um bloco de projetos de desenvolvimento comunitário no então Congo-Kinshasa procurava um técnico e consegui a nomeação.

Cheguei ao Congo no último trimestre de 1970, com passaporte senegalês de serviço, ou seja, reservado a funcionários em missão. Documento legal emitido pelo próprio governo senegalês num gesto de solidariedade. Quanto à área de trabalho oficial ela era importante do ponto de vista académico e, ao mesmo tempo, daria cobertura ao referido reconhecimento na área fronteiriça a leste do eixo Noqui-Matadi.

No próprio Congo as precauções foram muitas. Não só a PIDE estava muito presente em território congolês, como a polícia política mobutista (na altura designada por CND) reprimia qualquer iniciativa angolana desligada do GRAE e este, por sua vez, procurava esmagar todas as atividades pela independência de Angola não controladas por ele.

Em Kinshasa, a base de trabalho para os projetos foi fornecida por uma entidade religiosa e os projetos estavam espalhados por zonas rurais de todo o país, com concentração principal no Baixo Congo, onde a localidade de Kimpese desempenhava para nós papel central e era para lá que priorizava as deslocamentos. Por razões de precaução, no percurso ao longo da estrada N1 que liga Kinshasa a Matadi, ia sempre acompanhado de missionários,

que só conheciam o lado oficial da minha estadia. Kimpese fica sensivelmente a meio da N1 e, por caminhos de terra, picadas ou pelo mato, estava a escassos quilómetros da fronteira angolana. A distância exata dependeria de que ponto da fronteira se tratasse, mas no raio traçado por mim oscilavam em torno dos 50 quilómetros do lado congolês. A eventual profundidade de penetração em Angola seria decidida em função das possibilidades.

Formulei a tática operativa a partir de leituras sobre reconhecimento individual britânico na segunda guerra mundial. Causou-me forte impressão um artigo que focava a atuação de um inglês sozinho na Líbia em preparativos para a chegada de unidades do exército. A isto eu adicionava a minha própria experiência clandestina em Luanda, ela mesma influenciada por leituras sobre resistências em várias partes do mundo.

Assim, a missão consistia em reconhecimento visual combinado com recolha de testemunhos, durante cerca de seis meses, sujeita a diversas interrupções em virtude dos imperativos de trabalho ligados à cobertura legal.

Comparando essas diligências com os mapas, informações geográficas antigas, (obtidas na minha adolescência em algumas viagens ao Norte) e conversas em Kimpese, concluí pela priorização da zona de Buela.

Na verdade há duas Buela, uma de cada lado da fronteira, distantes uma da outra no sentido leste-oeste. Entre ambas situa-se um espaço com vegetação de alguma densidade e esse era um de nossos critérios: arborização protetora. A zona era muito patrulhada do lado angolano a partir de uma companhia do exército português baseada na localidade e, dos dois lados, por informantes civis da PIDE, tanto angolanos como congolês. Do lado congolês presença um pouco negligente do exército e da polícia mas ativa pelos agentes do CND.

Jipes, camiões Unimog, metralhadoras G3 e morteiros eram equipamento visível daquela companhia e não consegui determinar se possuíam artilharia fixa no local ou se ela seria enviada de posições próximas, caso precisassem. Não era elemento significativo no quadro da campanha que montávamos.

Nos meses anteriores não se notaram incidentes armados importantes

na área e os soldados portugueses durante o dia circulavam na localidade despreocupados, faziam patrulhas frequentes nas picadas, sem entrar no mato lateral para além de escassos metros. À noite adotavam alto nível de vigilância defensiva, sem se afastarem do aquartelamento o que facilitava a movimentação de qualquer pequeno grupo que não se dirigisse para ele.

Nas nossas definições prévias, as ações de ataque armado seriam efetuadas apenas contra as várias estruturas da PIDE e unidades militares, paramilitares ou policiais reconhecidamente agressivas. Em relação aos quartéis em geral (sobretudo se tivessem soldados angolanos) a linha era apenas fazer entrar neles, ou nas zonas percorridas pelas patrulhas, propaganda democrática, tanto elaborada por nós como por um movimento de oposição portuguesa baseado em Argel que emitia um pequeno boletim para os soldados e que, por exemplo, o PAIGC ajudava a difundir.

Porém, na área de Buela nem isso. Era zona de passagem silenciosa sem levantar suspeitas e, como se nota no mapa inserido neste artigo, a faixa de travessia aconselhada seria, mais ou menos, entre a Buela congolosa e a angolana com imediata viragem a oeste uma vez em território nacional, rumo a S. Salvador (hoje Mbanza Kongo).

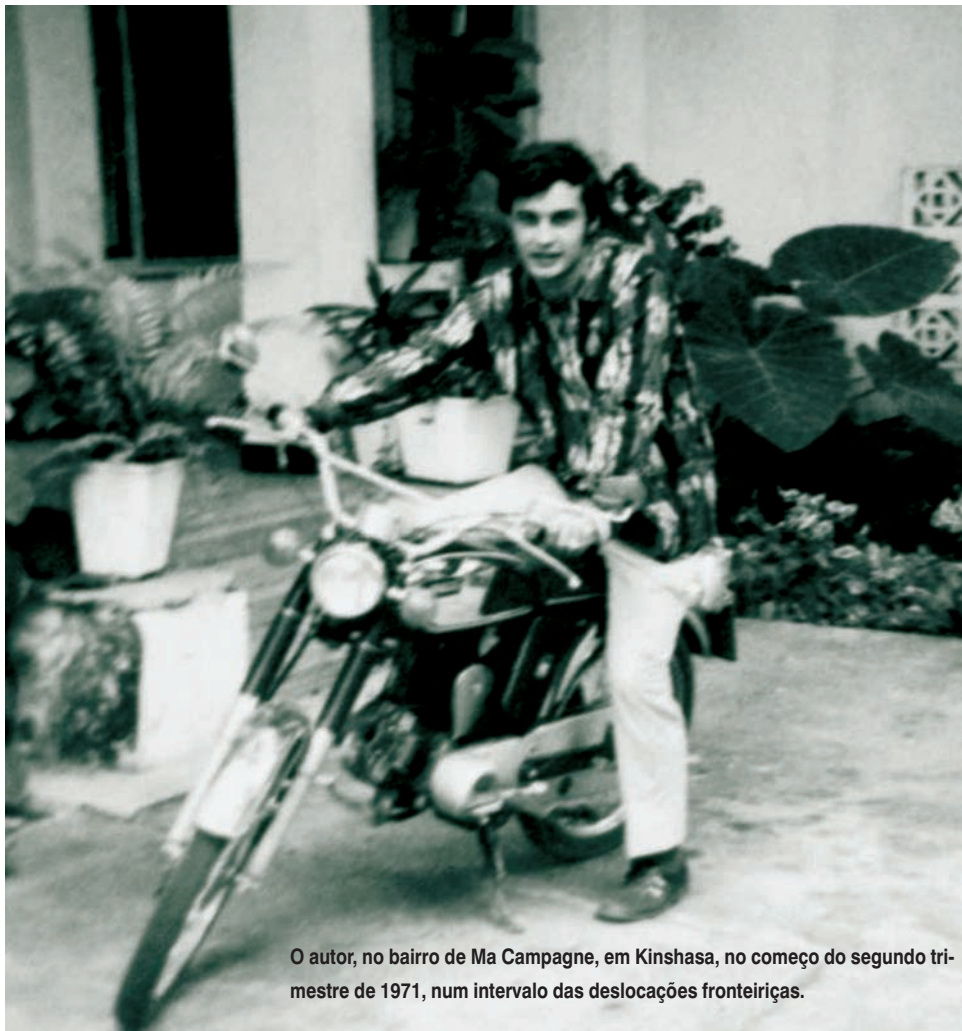
Café com guerra

Para um pequeno grupo como pretendíamos constituir, a entrada em S. Salvador não era difícil no período entre 1 e 4 horas da madrugada para difundir panfletos e slogans pintados nas paredes, procurando dar a impressão de ser iniciativa local. Como assinatura teriam apenas palavras de ordem pela independência e contra a exploração e os racismos, clara indicação de se tratar de campanha e não de partido.

A duração do trabalho deveria ficar na faixa da meia hora, usando 4 combatentes (dois para cada modalidade de propaganda) ficando o quinto no exterior da cidade de guarda às mochilas e equipamento em geral.

Naquela altura, S. Salvador era uma pequena e pacata cidade com características só parcialmente urbanas, fortemente marcada pela segregação social, sem no entanto possuir uma classe de altos rendimentos. Os civis brancos dividiam-se principalmente pelo comércio e funcionalismo e residiam em casas de classe média baixa, tendo vizinhos mestiços e escassos negros, pois a larga maioria destes vivia em cubatas, mais de tipo rural que do tipo muceque luandense. O volume demográfico era pequeno, efeito da repressão e grande fuga popular para o Congo em 1961.

As indicações recolhidas apontavam não só importante efetivo angolano no contingente local como também descontentamento entre muitos



O autor, no bairro de Ma Campagne, em Kinshasa, no começo do segundo trimestre de 1971, num intervalo das deslocações fronteiriças.

soldados e oficiais de baixa patente. Anos mais tarde (na década de 1980) um alto oficial das Fapla, que, em finais dos 1960 ou começo dos 1970, fez parte daquele efetivo angolano, confirmou-nos esse clima e assinou-nos a presença ali do então major Melo Antunes, cujo papel no 25 de abril é conhecido.

Após S. Salvador a marcha em direção às imediações de Luanda implicava desvio para leste a fim de atravessar o rio Mbridge em zona mais favorável, estando entendido tratar-se, fosse onde fosse, de travessia arriscada com passagem noturna após cuidadoso reconhecimento, até nas fazendas de café que dispunham de vigilantes próprios.

Em contrapartida, a entrada na cidade do Uíge (então Carmona) não suscitava as mesmas preocupações para um grupo multirracial de origem urbana, obrigando apenas a mudança cuidadosa dos traços visuais deixados pela caminhada no mato. Na altura, o Uíge era uma espécie de Mbanza Kongo em ponto maior e com uma pequena camada europeia de altos rendimentos, ligados direta ou indiretamente à produção cafeeira sob extremas condições de trabalho. O racismo era mais patente, mas o maior volume populacional permitia dissimulação por mais tempo, inclusive durante o dia.

A entrada na cidade exigia rapidez e, uma vez dentro dela, o grupo passaria facilmente por viajantes de Luanda ou Ndalatando (então Salazar) podendo até enviar telegrama dos correios sobre o andamento da missão. Codificado como correspondência comercial ou familiar, o melhor destino seria Brasil, por não levantar qualquer suspeita e porque lá

poderíamos reativar contactos dispostos a reenviar o telegrama para qualquer ponto.

Hipótese a avaliar localmente no momento era de prosseguir em direção a Luanda por autocarro, apoiados em documentos falsos e declaração de negócios.

Se essa via fosse perigosa demais – o zelo policial nas verificações de identidade e bagagem oscilava – havia mais duas opções. Uma era roubar um carro à noite de forma silenciosa e viajar nele cerca de 100 quilómetros após o que seria abandonado e escondido; a outra seria voltar de imediato à caminhada no mato. No primeiro caso a melhor hora seria perto da meia noite, no segundo à hora do jantar, deixando alguns panfletos, próximo de estabelecimentos de ensino, instalações militares, no bispado e em locais da periferia.

Para tudo isto, a documentação falsa de boa qualidade seria imprescindível. Quase impossível de obter em Angola pela ausência de estruturas clandestinas sofisticadas, eram mais facilmente alcançáveis através de opositores portugueses. Era normal angolanos possuírem documentos emitidos na “metrópole”, dado o número importante de renovações de B.I. feitas, entre outros, por estudantes lá residentes durante os anos de curso.

Entre os movimentos da oposição portuguesa acompanhados por nós estavam os chamados núcleos “O Comunista”, com os quais não tínhamos qualquer afinidade de posições pois eram claramente estalinistas. No entanto, neles estavam muitos angolanos residentes em Portugal, adesão explicável pelo grande destaque dado nesses núcleos à luta pela inde-

pendência das colónias. Entre eles, José Mário Costa, natural da então Sazaire (hoje Soyo), presença que podia explicar uma desenvolvida notícia no boletim “O Comunista” sobre a situação naquela localidade, onde os fuzileiros navais e a marinha em geral tinham base e patrulhavam o rio, da foz a Nóqui com um ponto de apoio na Pedra do Feitiço.

Outro motivo de interesse era esse mesmo boletim reproduzir Peritrops, ou seja, informativos confidenciais das forças armadas portuguesas destinados aos oficiais e remetidos por alguns deles a células clandestinas. Tínhamos outras vias de obtenção de tais documentos, mas não desprezávamos a de “O Comunista”, (embora se notassem por vezes reproduções com erros de números ou de frases) na convicção de “quanto mais melhor” em virtude das condições aleatórias dos contactos. Na altura, a tecnologia de reprodução ainda não tinha chegado ao “copiar colar” atual. A citação tinha de ser datilografada a partir da leitura original.

Terceiro motivo, os núcleos referidos lançavam uma campanha entre os soldados para “desertar com armas” e promoviam desvios de armamento. O próprio José Mário seria preso e condenado a pena maior, junto com outros militantes, sob essa acusação e, no forte de Peniche, relacionou-se com outros angolanos presos por terem iniciado um processo organizativo com ramificações em Portugal e Angola, entre eles Joaquim Pinto de Andrade, Henrique Guerra, Rui Ramos, João Batista, etc.

O reconhecimento a sul do Uíge teria de ser feito ou pela unidade em si durante a própria marcha ou por simpatizantes de Luanda. Porém, notávamos entre estes um conhecimento limitado até à ponte do Cuanza ou à vila de Catete.

O azimute seria em qualquer caso Luanda, dependendo o acesso, portanto, da forma como se saísse do Uíge. Além de procurar resolver o problema das ligações, o grupo tinha outras funções na larga zona de influência do CFL ou a sul do Kuanza, como criação de outros grupos semelhantes e desenvolver a mobilização civil e militar, podendo recorrer a ações armadas contra a repressão, tal como definida atrás.

Efeitos imediatos

Nunca se pensou realmente em dar nome ao grupo ou à campanha, prosseguindo uma tradição secular em Angola de iniciativas patrióticas anónimas. Porém, a palavra de ordem “Liberdade e Paz”, usada num apelo e repetida em panfletos ou circulares posteriores, impôs na prática esse nome ao grupo, ao qual se acrescentaram as iniciais “mob”, significando campanha de mobilização.

Outros canais, no interior e exterior, foram acionados para reforçá-la. Umhas propostas resultantes desta

operação de reconhecimento foram levadas a efeito, outras não e outras ainda foram-no por vias diferentes. Assim, como em todo o mundo nas lutas clandestinas, papel capital coube a cidadãos que puseram a própria mobilidade individual a serviço da causa, apesar dos riscos. Soldados desconhecidos numa campanha que repercutiu as resistências urbanas noutras faixas de luta e na solidariedade exterior, criando também ambiente de participação no combate para patriotas até então sem vias de engajamento.

A História também seguiu o seu curso e acelerou. Poucos meses depois, já em 1972 na cidade de Dakar (outro foco de inquietação para a PIDE, devido á vizinhança com a Guiné Bissau), respondendo a perguntas sobre a persistência do colonialismo português, previmos sua queda em

cerca de dois anos. Há operações de reconhecimento montadas com indiscrições voluntárias para perturbar o inimigo. Não se pensou nisso neste caso, todavia teve tal efeito. A PIDE constatava o crescimento de ações anti-colonialistas conduzidas por novos grupos com potencial, em várias partes do então império português.

A partir de junho de 1970, as preocupações do inimigo aumentaram com a audiência do Papa Paulo VI a três líderes nacionalistas (Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos), até porque a partir daí os círculos católicos progressistas tornaram-se mais audaciosos em todo aquele império.

A PIDE sabia de minhas ligações a esses círculos e, comprovei após o 25 de abril, ligou minha presença na fronteira a esse quadro, estimando

que eu estaria em algum plano de ações dentro de Angola. Logo em 1971 tive indícios dessa preocupação por conversas ouvidas em Kinshasa e uma visita de “uns senhores” a familiares meus em Luanda para me convencerem a “deixar aquela vida e regressar a Luanda onde tudo se normalizaria sem problemas”. Era uma das muitas tentativas dos tempos de Marcelo Caetano para obter rendições disfarçadas. Ao mesmo tempo enviou informações ao exército sobre movimentações no Congo para possível entrada em Angola com melhoria nos níveis de organização. Nesse sentido a nossa atividade era mais um elemento e passou a constituir “ameaça imediata”.

Num Peritrep com dados de fevereiro de 1971, reproduzido em julho seguinte no boletim dos núcleos por-

tugueses mencionado atrás, além de assinalar ações armadas, baixas nas suas forças, elevado numero de prisões de populares (em geral camponeses) e agitação em vários pontos do país, a informação inimiga mencionava: “nota-se aumento da actividade do inimigo preparando-se no Congo para entrar. Aumento da sua organização também”. O mesmo Peritrep registava “frases subversivas” em escolas de Malange e num quartel do Lubango (então Sá da Bandeira), significando outras campanhas internas em andamento Na verdade era uma soma de pequenas campanhas que completavam o quadro geral da guerra e contribuiriam para o desfecho.

(este artigo foi redigido segundo o acordo ortográfico por opção do autor)

CUNENE

Historiador apela académicos a investigarem a história dos reis

O historiador e professor da escola superior de Ondjiva, Celestino Vicente chamou a atenção dos académicos e estudantes universitários para a necessidade de apostarem seriamente no processo de investigação científica que conduza à descoberta de novos elementos sobre feitos históricos dos soberanos angolanos na luta contra a ocupação colonial.

DIONISIO DAVID | MÔNGUA

Celestino Vicente que também é director provincial da Cultura do Cunene, falando à margem das actividades que marcaram o centenário da batalha da Mongua, disse que a investigação científica é uma necessidade que se impõe para que não haja dúvidas sobre o papel do rei Mandume ya Ndemufayo na luta de resistência contra a tropa de ocupação portuguesa.

Daí que propôs a participação dos estudantes do ensino superior e de todos os académicos no trabalho permanente de busca e investigação para a obtenção de novos elementos como uma mais-valia.

Disse na ocasião que falar dos 100 anos da batalha da Môngua é uma obrigação de fazer recuar a história e curvar-nos perante a memória de todos quantos perderam as suas vidas por causa da liberdade e dignidade humana. Sublinhou que falar daquela batalha é falar da his-



Celestino Vicente, director da Cultura do Cunene

tória de Angola, não sendo por isso uma coisa fácil pelo que urge a necessidade da promoção e incentivo sobre a investigação no que respeita a real história do país.

Fez notar que, a realização da cerimónia que visou comemorar o centenário da batalha da Môngua foi uma oportunidade ímpar já que os mais jovens terão saído mais inspirados sobre os ideais e conhecerem melhor aquele que foi a grande figura que liderou a resistência dos Cuanhamas contra os portugueses: Mandume ya Ndemufayo.

O responsável considerou que apesar dos feitos conseguidos durante as várias batalhas travadas pelo

soberano, a sua história por enquanto tem registado pouca divulgação pelo que o Ministério de tutela e a Direcção provincial local tudo têm feito no sentido de se dar maior primazia às acções que conduzam cada vez mais ao conhecimento da sociedade e da juventude em particular sobre a realidade histórica de Mandume.

Relativamente ao patriotismo, o académico disse que o estudo da História de Angola é fundamental já que não é possível tornar-se patriota sem conhecer o valor que representa a Nação que, como é lógico, está acima de todos os interesses.

Por seu turno, a soberana dos Cuanhamas na vizinha República da Namíbia, Marta Mwadinomo, que também falava à margem do evento, considerou Mandume uma das figuras que marcou a história de Angola e dos Cuanhamas em particular.

Pelo que é cada vez mais urgente a divulgação dos seus feitos nos meios de comunicação social para seja um exemplo a seguir por parte da juventude quer em Angola como na Namíbia para a preservação da dignidade humana e dos valores culturais dos povos africanos.

A rainha prometeu desenvolver acções que visem intensificar o intercâmbio no domínio da cultura, tendo em atenção a necessidade da preservação de elementos culturais comuns entre as duas comunidades que no passado tiveram único reinado, ressaltou. O governador de Ohangwe, a Norte daquele país, disse que, ape-

sar da supremacia militar que a tropa colonial possuía na altura foram incapazes em pouco tempo como previam de derrotar o rei Mandume o que demonstrou que os Cuanhamas estavam determinados a defender as suas terras até às últimas consequências.

O governante aproveitou para reiterar a disposição do governo e povo namibiano em continuarem a estreitar as relações de amizade e cooperação entre os dois países irmãos com vista a desenvolver as respectivas economias.



Rei Mandume

CLAUDE GRUNITZKY

TRANSCULTURALISMO E OUSADIA NEGOCIAL



LAUREN EKUÉ

Empresário, homem de mídia, colecionador, Claude Grunitzky vive a cem a hora. Comunicar com ele é desafiar os fusos horários. E mover-se de um continente para outro, à velocidade de um piscar de olhos. O cavalheiro hiperpoliglota transforma as suas paixões em actividades rentáveis. Se o seu nome abre uma parte da história do Togo, ele quer se destacar da sua família para criar pontes de ancoragem originais entre arte, cultura, comunicação e negócios. Este embaixador de um novo género incarna física e visceralmente uma certa ideia de diálogo intercultural com talento, modernidade e um toque de ousadia pleno de alegria. O paradigma revela o dom inato deste 'globetrotter'. O arcanjo de olho esteta está prestes a exceder os limites de sua filiação mítica ao desfrutar os privilégios resultantes da força de trabalho, ousadia e reflexões. Cultura surpreendeu este estranho pássaro em pleno voo numa entrevista incrível como uma longa jornada pela grande África.

A nossa secção é chamada DIÁLOGO INTERCULTURAL, sobretudo esse diálogo através das artes e da literatura, o que isso lhe inspira?

Desde a minha infância em Lomé nos anos 70, artes, música, literatura, cultura aglutinaram todas as esperanças, ambições e toda a minha existência. Eu passo muito tempo com artistas e designers de todo o mundo. Eu noto que estamos muitas vezes no mesmo comprimento de onda, especialmente quando evocamos e partilhámos as nossas "utopias". Este diálogo que chamei de "transcultural" nos meus livros e na mídia hoje tem um balanço. Este último é inflexível sobre a maneira como as civilizações ocidentais – estou a pensar na Europa – acolhem e tratam a geração transcultural africana. Nós, que nascemos na África, que conhecemos bem o nosso continente, que queremos nos expressar sobre o futuro das nossas sociedades, às vezes sentimos

como intrusos na Europa, imigrados, migrantes. O esforço consiste em criar, através do poder de novas ferramentas, incluindo a Internet, um novo sistema que irá destacar a criatividade e os talentos das novas gerações africanas.

O seu interesse pela arte, especialmente a de África, é conhecida. Fale-nos da sua paixão.

A criação de meu primeiro órgão, TRUE Magazine, remonta a 1995. Travo uma luta pela expressão artística das culturas de África e dos mundos afros. Estou em acção por 20 anos, tanto em Lomé, Joanesburgo, Nairobi, Londres, Nova Iorque ou Tóquio. Tudo o que faço, tudo que me faz sonhar, todos estes artigos, estas histórias, participar na difusão da excelência artística nasceu de um desejo de expressar uma nova consciência negra. Formei as minhas equipas, para criar uma variedade nos meios de comunicação. Também organizamos exposições nos cinco continentes. No entanto, eu disse a mim mesmo que tinha que parar de correr, e encontrar tempo para a reflexão, meditação e partilha de coisas essenciais, especialmente aquelas paixões que moldam as nossas identidades transculturais-africanas. Assim nasceu o desejo de participar no processo de documentação das melhores projectos culturais em África e sua diáspora. E, vinte anos mais tarde, verifico que o faço a cada dia num movimento colectivo, no seio de grandes redes de transculturais, transcontinentais, tecidas ao longo dos anos.

Pode a África almejar ao desenvolvimento através da arte e da cultura?

O desenvolvimento cultural na África não foi bem o que eu imaginei quando comecei na aventura da TRUE e, mais tarde, na TRACE. As atitudes mudaram, por meio da conectividade habilitada pela web. No entanto, esta evolução tem sido mais lenta do que o esperado. Agora, as coisas estão se acelerando. A juventude africana rompe todos os códigos em arte e cultura. Isso transmite muita esperança, e essa energia me move. Encontrar-se hoje nas metrópoles africanas com estes jovens talentos, conduz-nos a um novo cruzamento, estar no centro do futuro. Que intensidade! Que promessas, realizações, projectos a imaginar, cenários por acontecer, a acontecer..

Você tem algum sentimento de estar possuído pelo desejo de es-

tar, através de suas iniciativas, à altura do nome que carrega? Será esta uma maneira de se construir a si mesmo, assumindo ao mesmo tempo, a sua herança histórica?

Muitas pessoas pensam que a minha família – os Grunitzky e os Olympio – terão tido um tremendo sucesso na política no Togo. Na realidade, não se passou lá muito bem para aqueles que conseguiram tomar o poder na década de 1960. Eu monto as minhas próprias iniciativas à margem da esfera política. Mantenho a minha independência. Aos poucos, estou cercado por uma equipe incrível, totalmente transcultural. Acolhemos cada vez mais jovens africanos. Trabalhei duro e formei-me em torno de certos valores familiares tanto togoleses como africanos. Gostaria de encarnar uma espécie de modernidade africana, uma nova maneira de ser que não renegue a minha filiação nem minha herança togolesa. Este século é promissor. Sinto que seremos bem sucedidos na identificação, em torno dos jovens africanos e os na diáspora, de

novas actividades económicas, culturais e artísticas.

Em 2008, você publicou um ensaio "Transculturalismos". Como vê a evolução deste conceito hoje e como ele se encaixa em seus muitos projectos e estilos de vida?

Eu tive a ideia para o livro "Transculturalismos" em 11 de Setembro de 2001. Na época, eu morava em Nova Iorque e enfrentei o choque dos ataques, eu pensei que faltava um novo livro que enfatizasse as minhas experiências, as dos meus colaboradores e amigos, a fim de desconstruir certos estereótipos sobre imigração, religião, fundamentalismo. Este ensaio é mais uma recolha que ajuda a escapar, de maneira feliz, às barreiras da identidade fixa. Este livro, escrito colectivamente, permitiu-me esclarecer a minha visão do mundo, as tensões entre sociedades urbanas, étnicas e fluxos emigratórios.

Você viaja por todos o lado, tem algum vínculo com a África lusófo-



Claude Grunitzky. Foto de Georgia Kuhn

na ou de esfera lusófona?

Viajo constantemente, e o país que mais me impressionou é o Brasil. Descobri este país no início do milénio. Hoje possuo uma pequena casa numa aldeia de pescadores numa península da Costa Verde, localizada entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Os meus amigos afro-brasileiros falam muito de Angola e Moçambique. Eu ainda não conheço estes países. Inegavelmente, se o critério de observação for a linguagem, o que me interessa é a forma como diferentes comunidades de língua portuguesa respeitam as liberdades formais nos seus países. Parece-me que o sentido de identidade africana nunca foi maior do que hoje. No entanto, posso compreender que os angolanos se sentem mais perto de uma brasileira como um zambiano.

Você pode revelar o seu próximo projecto?

TRUE África, O meu novo órgão destinado aos jovens da África e da Diáspora, é uma aventura intelectual, sociológica, cultural e comercial. Eu sou e continuo a ser um empreendedor na mídia e na cultura: TRUE, TRACE Magazine, TRACE TV, e agora a TRUE África. O panorama da mídia está em constante agitação, espero que TRUE África se torne a plataforma onde os usuários de todo o mundo venham para conhecer o "melhor" do continente Africano. Insisto no facto de que continente e diáspora estão confundidos na minha abordagem. Dada a minha legitimidade africana, tanto na órbita francófona como na anglófona, tenho a intenção de tomar uma posição sobre o desen-

volvimento dos meios de comunicação africanos analisando-os. Pela minha parte, tenho a intuição de que outros formatos de mídia vão emergir, dadas as enormes transformações e mudanças na web.

Pode-se imaginar que você já viu tudo, viveu tudo e provavelmente teve tudo. O que o comove ainda?

Todas as semanas ou quase, sou movido por situações improváveis. Sempre tive essa habilidade para descrever a vida quotidiana como um "barqueiro". Sempre fui atraído pelos artistas, especialmente aqueles que, apesar das críticas, têm uma certeza de estar na verdade da criação. Eles apontam para a essência das nossas sociedades. Eles se expressam porque sabem que as criações mais interes-

santes resultam da paixão e do desejo. Arte não é mais uma actividade estritamente autónoma, uma bolha esquizofrénica mais ou menos grande, mas a celebração comum de uma obra aberta ao mundo que é construída a partir de intuições mágicas transmitidas por outros artistas que se encaixam no mundo real de colaboração virtual.

Finalmente, você é um visionário, um activista, um afro-optimista?

O mundo de amanhã, o que eu sonho, transborda em todos os lugares, explodir em cores, coloca a alma dos jovens da África no diapasão. As minhas visões abordam as coisas em grande plano.

Para descobrir TRUE África, visite TRUEAFRICA.co

POESIA DE CUBA

Amilkar Feria Flores

(a)

A vida pede ao meu corpo algo que ele não sabe fazer. Com um pouco de paciência, depois de pensá-lo várias vezes num atordado labirinto de probabilidades, a cabeça encontra uma fissura por onde se enfiar, e sabe-se que, por onde passa a cabeça, o corpo passa.

I

Reconheço: sou tão humano como o cão que me guarda bruta lealdade, como a água que me sobe à cabeça (no lugar da fumaça) enquanto a Lua tira das minhas ideias, como o olhar firme que me devolve a mulher de cada manhã, como a terra que cede levemente à minha pegada, como a tripa inteligente que não me reconhece mais humano que o ar que respiro.

III

Desconhece-te, desobedece-te, esquece que um dia foste aquele que se conheceu e obedeceu pelo temor ao desconhecimento e à desobediência. Reconhece-te esse outro lado, já sem temor, porque a sabedoria infinita e a desobediência oportuna são recursos indispensáveis para te conheceres melhor.

IX

Descobri um novo ponto no tecto, no céu. A olho nu não é possível determinar se se trata de uma estrela ou um insecto, mas algo arrasta-se até ao ponto e o engole. Também não posso precisar o que se arrasta com semelhante apetite, nem se tem patas ou pontas. Estou ficando dormido.

XI

Foge, escapa enquanto puderes! Estão procurando-te para te matar! O homicida interior acordou com apetite, e não vacilará em espetar seu aço no próximo mais próximo: em ti, que só tens a ti mesmo.

XIV

Hoje amanheci resolvido a fazer qualquer coisa, ou melhor, qualquer outra coisa. Há coisas miseráveis e ruins que te fazem feliz. Outras, felizes, trazem o efeito contrário: "Se as coisas que a gente quer, fossem possíveis de alcançar, você ia me querer o mesmo que vinte anos atrás". Por isso faço outras coisas.

Tradução do espanhol: Ernesto Enrique Hernández Pascual

Amilkar Feria Flores nasceu em Havana, Cuba, em 1967. É Licenciado em Pedagogia Artística (Artes Visuais), Antropologia Cultural, Produção Simbólica, e Enfoques da Microsociologia, entre outros estudos. Dentro das artes visuais exerceu como ilustrador artístico, cenógrafo, ambientador interiorista, e realizador audiovisual. Como escritor conta com quatro livros publicados (Las dulces horas, Algunas animalidades y otras bestialidades, Crónicas diluvianas, y Lágrimas de cocodrilo), além de figurar em diversas antologias de poetas e narradores cubanos. É membro da União Nacional de Escritores e Artistas de Cuba, e jornalista especializado em temas socioculturais. No terreno docente leccionou diversas disciplinas como Professor Instrutor e Professor Assistente na Academia Provincial de Bellas Artes de San Alejandro, no Centro Nacional de Conservación Restauración y Museología, e em La Universidad de las Artes de Cuba. Actualmente é professor no Instituto Superior de Artes de Angola. A presente selecção de textos pertence a seu caderno inédito: "Antropologia Recreativa".



Resumo da Prancha anterior:

... A faca de mato é arremessada, atingindo a fugitiva na perna. O agressor lança-se sobre a sua vítima após esta cair desamparada. Porém, em desespero esta apanha uma pedra e golpeia o seu agressor...

A GERAÇÃO DO HOLOCAUSTO 4 Por: LITO SILVA

CARCAMANO



PARADA dos **KANDENGUES**
 SismaComics
 www.sismacomics.com

